A mentira e a política | Luiz Marques

24/02/2021

- I

A mentira faz parte desde sempre da luta política. Como sói acontecer no dia a dia, admitiu o autor da famosa peça teatral *Auto da Compadecida* (1955), Ariano Suassuna: “Não sei vocês, mas eu minto… Gosto de cartas, mas se esbarro em alguém que me escreveu uma e pergunta se recebi sua correspondência, digo ‘sim e já respondi’… mesmo sendo mentira.” Mentimos, em suma.

Platão, no século 5 a.C., para evitar brechas à burla, tinha posicionamento cético em face da experiência democrática ateniense, onde viveu. Temia que o povo, reunido em assembleia na Ágora (praça pública), pudesse ser seduzido pela sofística (maestria da retórica) e aprovasse proposições de oratória avessas ao correto para direcionar os rumos da Cidade-Estado. Pior, que assertivas mal intencionadas pudessem de forma deliberada “induzir a erro”: uma das definições de mentira encontrada no Dicionário Houaiss da língua portuguesa.

O mais ilustre discípulo de Sócrates acreditava que um filósofo (socrático?) seria melhor governante que o povo, então em pleno papel de sujeito do destino. Filósofos estariam vacinados para não se deixar seduzir pela lábia dos sofistas. O fundador da Academia de Atenas, primeira instituição de educação do Ocidente, não foi o único a duvidar de processos decisórios oriundos da associação de cidadãos habilitados, o que na Grécia antiga vetava as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Muitos trilharam o caminho que afastou a população da prática do poder.

II

Na Idade Média, o poder foi distribuído entre a Igreja e os proprietários de terras, com a exclusão dos súditos. Na Idade Moderna, o mando pulou de galho em galho na preferência da *intelligentsia.* Entre os liberais, houve quem defendeu que ficasse a cargo dos proprietários, uns, dos industriais ou tecnocratas, outros. Na onda neoliberal, nas mãos de gestores com responsabilidade fiscal. Todos os mencionados, em tese, imunes ao vírus da política distributiva. Prevalecia o medo de que a mentira conquistasse as mentes e os corações com respaldo das “classes perigosas”, conformada pelos trabalhadores oprimidos e explorados. Para cortar a tentação pela raiz, ceifava-se qualquer intervenção mais ampla nas deliberações de interesse da Pólis.

Em contrapartida, na tradição socialista, com inspiração na Comuna de Paris (1871), a aposta recaiu nos trabalhadores organizados em conselhos. A incipiente União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS, 1917-1924) bem que tentou, mas os *soviets* logo foram substituídos por uma burocracia despótica. Indiferente ao símbolo do estandarte vermelho, que celebrava a aliança entre o campesinato (a foice) e o operariado (o martelo). Um regime autoritário e totalitário se instalou e uma verdadeira ditadura, não do, senão sobre o proletariado abateu o sonho da “pátria dos povos”, conforme previra Leon Trotsky (*A revolução traída*, 1980).

A mentira não se reduz a uma “afirmação contrária à verdade”. Numa sociedade dual (casa grande vs senzala, burguesia vs proletariado, protofascistas vs democratas), uma outra conceituação de mentira se impôs no ambiente político. Aqueles que confrontavam o *establisment* foram taxados de populistas. Suas propostas em favor dos segmentos populares não condiriam com o pensamento único neoliberal e

a cobiça dominantes.

III

“O que não é real” tornou-se sinônimo de mentira. O critério de distinção passou a espelhar uma teoria da correspondência entre verdade e realidade. As demandas por solidariedade nas relações interpessoais e interclasses, somadas aos programas de combate à desigualdade social foram refutados pelo conservadorismo com a pecha de irrealistas. Não importava se a irrealidade fosse responsabilidade dos que opunham-se às realizações às realizações tópicas reputadas impossíveis, como a garantia de emprego, propugnada pelo Nobel de economia, Joseph Stiglit (Povo, *Poder e Lucro: capitalismo progressista para uma era de descontentamento*, 2020).

Já, na hipótese de inexistir uma suposta ficção para obliterar, elidia-se as provas em desacordo. Forjava-se uma mentira para desacreditar os adversários e/ou inimigos, com a estratégia de anulação do seu passado de lutas, apagando os registros de imagens daquelas personagens indesejáveis na foto ou no filme. Para complementar a *mise-en-scène*, invetariavam-se episódios marcantes da história com a omissão de nomes.

Usava-se um subterfúgio no princípio da não-contradição, retirado da lógica clássica, para volatizar os opositores. Tradução: duas afirmativas contrastantes não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. “A é B” e “A não é B” seriam sugestões mutuamente excludentes. Exemplificando. Encetada pelo rancor da banca paulista, o ex-presidente Getúlio Vargas (A) permanece sem nominar nenhuma avenida, rua, ruela ou beco da megametrópole de São Paulo (B). Ainda. No áureo ciclo da lavagem cerebral do Oiapoque ao Chuí, a possibilidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva estampar o contraponto às safadezas da Lava Jato (A) estava excluída das telas da Rede Globo (B). Em ambos os casos, A não é igual a B. Compreende-se. A corrupção dos fatos subsiste no bloqueio midiático à exposição de motivos da esquerda sobre sua visão acerca da taxação das grandes fortunas em tempos de pandemia.

Hoje, quando tais meios mostram-se insuficientes para arquitetar mentiras, as classes dirigentes recorrem a golpes seja *manu militari* (Salvador Allende, Chile, 1973), seja via institucionalidade (Dilma Rousseff, Brasil, 2016). Mas se, por razões de Estado, o aparelho estatal é o autor da armação ardilosa, a conjuração pode incidir sobre indivíduos incentes, qual o capitão (judeu) Alfred Dreyfus. Ou o metalúrgico (social-democrata) Lula. E nem sempre haverá um Èmile Zola ou um Papa Francisco para malsinar os embustes oficiais. A imprescindibilidade da batalha permanente pelas liberdades civis e pelas garantias individuais são lições aprendidas com as arbitrariedades esgrimadas no Supremo Tribunal Federal, por ocasião do Mensalão, do Petrolão e do *Impeachment*. Não devem ser esquecidas pelos lutadores sociais e pela cidadania que prima pelo cumprimento da Constituição, na sociedade e no STF.

Com a ascensão da extrema-direita, a veiculação de mentiras para colher dividendos políticos sofre uma metamorfose. A divulgação de *fake news* e *deep fakes*, isto é, a produção em vídeo de uma pessoa como se falasse sofisticou os mecanismos de manipulação da opinião pública.Robôs multiplicaram a quantidade e a velocidade das mensagens captadas pelos receptores. Por mais estapafúrdias, a mamadeira de piroca e a obrigatoriedade das crianças vestirem roupas do sexo oposto na pré-escola foram absorvidas de modo acrítico na base social do protofascismo. Quem tem devoção por um mito ordinário, crê em tudo. Vive-se num hospício hegemonizado pela mentira, ora batizada pós-verdade. Fabulações sobre complôs viraram estopins políticos de descrédito na ciência e no conhecimento, em benefício dos extrémistes à droite. O negacionismo é o desdobramento kafkiano do pandemônio.

IV

Por que chegou-se a essa encruzilhada? Fervilhavam frustrações e conflitos que não podiam se expressar em um sistema político atado. O nó desatou com a aversão histérica aos valores civilizatórios

condensados no freio imposto pelo politicamente correto. Um claro efeito colateral da "democracia cansada" descrita por Manuel Castells (*Ruptura*, 2018), ao estudar a crise do sistema de representação. As causas são as seguintes:

a) No plano internacional, a decadência do imperialismo estadunidense que servia de bússola ao capitalismo moderno e teve, no trumpismo, um ensaio inábil para contornar o desfiladeiro chinês;

b) No plano nacional, a criminalização pelos meios de comunicação e pelo lavajatismo das instituições políticas e, em especial, do Partido dos Trabalhadores (PT);

c) A execração e a desconstrução das conquistas sociais econômicas geopolíticas e diplomáticas realizadas pelos governos progressistas (2003-2014), graças a um modelo submisso e passivo de nação implantado pelo binômio bolsonarismo/neoliberalismo.

Uma explicação para o baixo inferno astral foi esboçada pelo jornalista Ruy Castro (*Folha de São Paulo*, 23/02/2021): "Que o Exército babe às ordens de Bolsonaro entende-se – ele o comprou a preços de Camelódromo." Sem as costas quentes, o Bozo não ergueria o punho contra os ideais de uma nação que cuidasse de seus cidadãos e uma República ativa e altiva no cenário mundial. Seguem as consequências do cansaço democrático, na Terra brasilis:

a) Um vácuo identitário pela perda de referências, o que naturalizou o irracionalismo e substituiu a razão iluminista pelo louvor do ininteleigível e do inexplicável;

b) Uma radicalização do ideário do neoliberalismo com um ataque frontal ao patrimônio público e aos direitos dos cidadãos, nos moldes de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises;

c) Um crescimento exponencial das correntes políticas contra o Sistema *in abstracto*, por definição, com fortes pendores antidemocráticos.

Nesse caldo de (in)cultura, mentiras pedregosas são engolidas por uma massa de ressentidos furibundos das classes médias, que agasalharam os discursos antissistêmicos, como os do primeiro mandatário. A esperança é que dure pouco a alucinação. "Nem mesmo o dilúvio / Durou eternamente." Afinal, "Que tempos são estes, em que / Uma conversa sobre árvores é quase um crime, / Porque inclui um silêncio sobre tantos malefícios!" (Bertolt Brecht, *Poemas e Canções*, 1975): Que venha rápido *Le Temps de Cerises* (1868), para evocar o canto libertário ouvido nas barricadas na alvorada da Comuna de Paris.

No ínterim, apoiados na solidariedade, os movimentos contestatórios devem avançar sobre as adversidades com a bandeira das liberdades civis e das garantias individuais e de uma democracia substantiva, que enfrente as iniquidades sociais. Tendo em consideração que: "O individualismo de resultados invadiu todas as esferas da vida social. Do vendaval desagregador não escaparam nem as instituições ditas republicanas", conforme Luiz Gonzaga Belluzo (*Carta Capital*, 24/02/2021). Não é difícil ler nas entrelinhas acima o apelo reverso à doutrina nascida na França em fins do séc.19, o solidarismo, caracterizado por uma empatia com o sofrimento das classes laboriosas. A indiferença individualista é a mentira hedionda que viola a própria humanidade.

Importa que a responsabilidade mútua (*solidarité*) na gestação da estrutura jurídica do Direito, que amparou o Estado Social no pós-guerra, dedique-se no presente a: "Uma reforma intelectual e moral… uma concepção de mundo… que não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica… o que significa criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva-nacional no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna", qual orientava Antonio Gramsci (*Notas sobre a Política de Maquiavel*, 1932-1934). Para isso, os mecanismos de participação popular são incontornáveis com o objetivo de integrar a cidadania com

consciência de si nas tarefas de construção do futuro. Somente assim o povo ocupará o lugar de soberano no tabuleiro da política. *È vero, compagni*!

Luiz Marques é professor de Ciência Política da UFRGS



Compartilhe nas redes: